

PERSPECTIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR, EM ANGOLA

Cesário José Sanjambo Barbante, Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Angola, cesariobarbante@gmail.com

Lia Raquel Oliveira, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal, lia@ie.uminho.pt

Manuel Teixeira, Instituto Superior de Ciências da Educação da Huila, Angola, manuel.teixeira@isced-huila.ed.ao

Almerindo Waldemar Tchivangulula, Instituto Politécnico da Jamba n.º 1826, Angola, almerindoaldemar@gmail.com

Resumo

A Modalidade de Ensino a Distância é cada vez mais uma condição *sine qua non* nos dias de hoje. O presente trabalho objetiva analisar a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola. A metodologia desta investigação inscreve-se numa perspetiva qualitativa e empírico-descritiva, tendo como foco acontecimentos e contextos atuais (Covid-19). Considerando o objetivo e questão do estudo, foram adotadas, para a recolha de dados, as seguintes técnicas: análise documental, observação não participante e inquérito por questionário a professores. Com este estudo, constatou-se diversas barreiras para a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial, como, por exemplo, as restrições de acesso à *internet* e a falta de condições técnicas, tecnológicas e de infraestruturas. Concluímos que se faça um investimento em todas as Instituições de Ensino Superior em Angola no que diz respeito ao acesso à *internet*, infraestruturas, apoio técnico e tecnológico e formação continuada em Tecnologia da Informação e da Comunicação aos docentes.

Palavras-chave: Acesso à Internet, Covid-19, Ensino a Distância, Ensino Superior, Ensino Semipresencial.

Abstract

The Distance Learning Mode is more and more a *sine qua non* condition nowadays. The present work aims at analyzing the implementation of Distance and Semi-presential Education Modalities in Angola. The methodology of this research is inscribed in a qualitative and empirical-descriptive perspective, focusing on current events and contexts (Covid-19). Considering the objective and question of the study, the following techniques were adopted for data collection: documentary analysis, non-participating observation and questionnaire survey to teachers. With this study, several barriers for the implementation of Distance and Semi-attendance Learning Modalities were found, as for example, Internet access restrictions and lack of technical, technological and infrastructure conditions. We concluded that an investment should be made in all Higher Education Institutions in Angola regarding Internet access, infrastructures, technical and technological support and continued training in Information and Communication Technology for teachers.

Keywords: Internet access, Covid-19, Distance Learning, Higher Education, Semi-presential Education.

Introdução

O Ensino a Distância (EaD) surgiu da necessidade das pessoas que, por vários motivos, não podiam frequentar uma sala de aula do ensino presencial (Santos, Lima & Filho, 2015). O EaD existe, pelo menos, desde o final do século XVIII. Mas, somente a partir de meados do século XIX, quando foi criado o primeiro curso por correspondência, por Sir Isaac Pitman, *Correspondence Colleges*, Reino Unido, começa a ter um maior desenvolvimento (Andrade, 2000). Ao longo das últimas décadas, pudemos verificar que, frequentemente, as primeiras práticas de EaD nas Instituições de Ensino Superior (IES) estiveram associadas a um número relativamente reduzido de docentes e assumiam um carácter inicial de alguma informalidade institucional e de opção pessoal (Gomes, 2008). Existem diversos entendimentos de Ensino a Distância, para este estudo recorreu-se à definição clássica de Santos (2000):

O Ensino a Distância é uma ação educativa onde a aprendizagem é realizada com uma separação física (geográfica e/ou temporal) entre alunos e professores. Este distanciamento pressupõe que o processo comunicacional seja feito mediante a separação temporal, local ou ambas entre a pessoa que aprende e a pessoa que ensina.” (p. 7).

À data desta investigação o mundo confrontava-se com a COVID-19, provocada pelo novo coronavírus que surgiu no final de dezembro de 2019 na China. Mais de 5 cinco milhões de pessoas, em todo mundo, foram contaminadas e o vírus continuava a romper barreiras e os países continuavam a temer os efeitos desta doença. Neste sentido e estando presente em 114 países, era declarada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, como uma pandemia (OMS, 2020), o que originou, na maior parte dos países afetados, o encerramento de muitos espaços de concentração populacional, entre eles, os estabelecimentos de ensino. Ou seja, foram suspensas todas as atividades letivas presenciais. Em alternativa, a maior parte das Instituições de Ensino Superior optou por um ensino de emergência em condições de emergência, ou seja, por uma forma de Ensino a Distância. Por isso, nos tempos atuais, essencialmente e face à COVID-19, o EaD transformou-se numa condição *sine qua non* para o funcionamento do sistema educativo.

Para aprender e ensinar na Modalidade de Ensino a Distância, identificam-se duas formas de comunicação (Santos, 2000):

- **Comunicação Unidirecional** - Conteúdo em papel, guias de estudo, livros, emissões de rádio, de televisão, cassetes, são alguns exemplos;
- **Comunicação Bidirecional** – Correspondência em papel, telefone, audioconferência, são alguns exemplos. A comunicação bilateral tem como objetivos principais manter um grau elevado de motivação no formando, facilitar a sua aprendizagem, informá-lo pedagogicamente ou tecnicamente e dotá-lo de capacidades cognitivas adequadas à sua progressão no estudo das matérias.

As abordagens básicas ao EaD são três, por norma, havendo a possibilidade de uma combinação entre elas (Silva, Valente e Dias, 2014, p. 7): broadcast (difusão); virtualização da escola tradicional; e estar junto virtual. Na tabela 1, apresenta-se uma síntese destas três abordagens.

<p>A abordagem <i>broadcast</i> é bastante eficiente para disseminar informação a uma gama muito grande de alunos. No entanto, essa proposta não garante que o aluno esteja construindo conhecimento.</p> <p>Esse modelo não nos fornece nenhuma pista sobre o processamento da informação, isto é, ele não nos permite certificar se o aluno está processando a informação transmitida, nem diagnosticar como a aprendizagem está sendo processada.</p>	<p>A virtualização da escola tradicional tende a repetir as técnicas das aulas presenciais tradicionais, nas quais o professor ou formador é a personagem central, detentor de informações, e o participante mero receptor.</p> <p>Essa abordagem caracteriza-se pela existência de interação entre mediador e aprendizes. Isso significa que a virtualização da escola tradicional atende a um menor número de aprendizes que a modalidade <i>broadcast</i>, uma vez que o mediador recebe e analisa a informação oferecida ao participante</p>	<p>A abordagem <i>estar junto virtual</i> prevê um alto grau de interação entre professor e aprendizes, e entre os próprios aprendizes.</p> <p>A <i>internet</i> não só proporciona os meios para que essas interações sejam intensas, como também permite o acompanhamento do aluno e a criação de condições para o professor “estar junto”, ao lado do aluno, vivenciando e auxiliando-o a resolver seus problemas, porém virtualmente.</p>
--	--	---

Tabela 1 - Abordagens básicas de EaD (Adaptado de Silva, Valente e Dias, 2014).

Nesse sentido, para estes autores, a abordagem *estar junto virtual* “é a abordagem que oferece maiores condições para implementar situações de construção de conhecimento, mas ela exige o envolvimento, o acompanhamento e o assessoramento constantes do participante por parte da mediação técnica e da mediação pedagógica” (Silva, Valente e Dias, 2014, p. 9)

Trindade (1992), referia que o papel de relevo que as tecnologias desempenham no domínio do Ensino a Distância é facilmente compreensível se atendermos a que, neste domínio em particular, os diferentes media e tecnologias são elementos determinantes, quer ao nível da mediatização dos conteúdos quer ao nível da mediatização da relação pedagógica. Ou seja, “todas as modalidades de utilização das TIC na educação têm a sua validade e o seu potencial específico, podendo coexistir de forma harmónica e complementar e a todas elas se reconhecendo objetivos e especificidades próprias” (Gomes, 2005, p.67).

Por outro lado, a formação continuada dos docentes é indispensável, como refere a UNESCO (1994, p. 29), “a necessidade de uma actualização contínua e recorrente de conhecimentos e destrezas é uma exigência fundamental da sociedade actual e o Ensino a Distância, com o seu acesso descentralizado e flexível e a sua estrutura modular, tornou-se um meio óbvio de satisfazer esta necessidade”.

Moore e Kearsley (2012), propõem um sistema de Ensino a Distância em subsistemas e também embutido em sistemas maiores. Nesse sentido, os autores argumentam que uma visão sistémica é a melhor maneira de compreender e alcançar as práticas de Ensino a Distância em todos os níveis do sistema, cobrindo a fonte de conhecimento do conteúdo, o design e a entrega do curso, o suporte ao aluno, as características do aluno e seu contexto e a gestão. Na figura 1, apresenta-se um modelo concetual do Ensino a Distância.

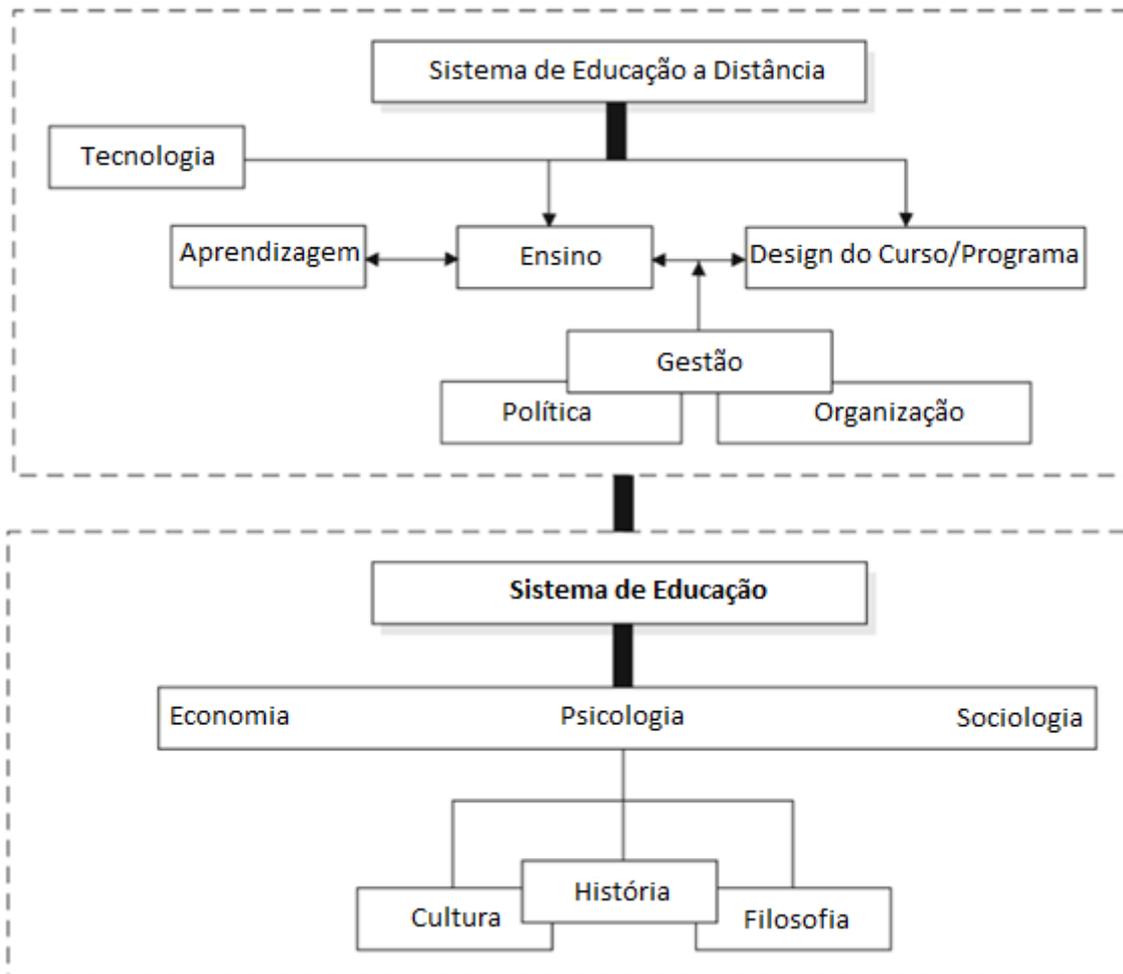


Figura 1 – Um Modelo Conceptual de Educação a Distância (adaptado de Moore & Kearsley, 2012, p. 10)

De acordo com Nolan e Santos (2016, p. 1807), para efetivação do EaD é necessário “potenciar a utilização da *internet* na educação como meio para responder às necessidades de formação ao longo da vida”. Sobre os dados de acesso à *internet*, numa população de 32,866,272 residentes, Angola conta com apenas 7,078,067 (21,5%) usuários de *internet* e com 2,244,000 (6,8%) subscritores do Facebook (IWS, 2020). Segundo um estudo realizado em 2019, Barbante (2019), refere que o acesso à *internet* em Angola ainda é muito limitado e, conseqüentemente, muito oneroso. Existem poucos pontos de acesso wi-fi grátis. Ou seja, apesar destas limitações, quase metade dos alunos do ensino superior, isto é, 48,7%, acedem à *internet* diariamente, 28,7% acedem esporadicamente e apenas 22,5% acedem pelo menos uma vez por semana (Barbante, 2019).

Apresenta-se de seguida (tabela 2), três (3) propostas de roteiro de implementação da Modalidade de Ensino a Distância (em 2020), nomeadamente o da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); o roteiro da empresa editorial portuguesa Porto Editora; e o roteiro da Direção Geral da Educação (DGE) de Portugal, os quais consideramos pertinentes para este estudo, tendo em conta o objetivo definido e o momento atual. Os roteiros da UNESCO e da DGE de Portugal dizem respeito às escolas que lecionam os níveis do pré-escolar ao 12º ano, sendo o da UNESCO mais genérico. No entanto, ambos os roteiros podem ser considerados pelas Instituições de Ensino Superior com as devidas adaptações. De seguinte, apresenta-se uma tabela síntese dos referidos roteiros.

Roteiro (1) – de implementação da modalidade de ensino a distância da UNESCO, 2020.	Roteiro (2) – para a implementação da escola virtual – Porto Editora, 2020	Roteiro (3) – 8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas – DGE, 2020
Examine a disponibilidade e escolha as ferramentas mais relevantes	Escolha da solução	Mobilizar para a mudança
Garanta a inclusão dos programas de educação a distância	Possibilidades de inovar, partilhar com os pares, personalizar e ajustar as estratégias	Comunicar em rede
Proteja a privacidade e a segurança dos dados	Colocar a escola virtual a funcionar	Decidir o modelo de E@D
Priorize soluções para enfrentar os desafios psicossociais antes de ensinar	O que permite a utilização da plataforma escola virtual na sua instituição	Colaborar e articular
Planeie o cronograma de estudos dos programas de ensino a distância	Como aceder à informação sobre a plataforma escola virtual	Metodologias de Ensino
Forneça apoio a professores e pais no uso de ferramentas digitais	Formação sobre a plataforma escola virtual	Selecionar os meios tecnológicos de E@D
Combine abordagens adequadas e limite a quantidade de aplicativos e plataformas	Apoio e suporte à utilização da escola virtual	Cuidar da comunidade escolar
Desenvolva regras de educação a distância e acompanhe o processo de aprendizagem dos estudantes		Acompanhar e monitorizar
Defina a duração das unidades de educação a distância com base nas habilidades de autorregulação dos estudantes		
Crie comunidades e aumente a conexão		

Tabela 2 – Alguns roteiros de implementação da Modalidade de Ensino a Distância (UNESCO, 2020; Porto Editora, 2020; DGE, 2020)

Os três (3) roteiros foram construídos em contexto de Ensino a Distância, adotado face à pandemia da COVID-19. No primeiro roteiro, elaborado pela UNESCO (2020), encontramos considerações mais genéricas sobre a implementação da Modalidade de Ensino a Distância tendo em conta a realidade de cada país, realçando-se a importância da segurança dos dados e o apoio tecnológico a pais e professores; o segundo roteiro, da responsabilidade da empresa Porto Editora (2020), diz respeito à implementação da Escola Virtual, oferta virtual privada que, já existia antes desta pandemia – COVID-19; e no terceiro roteiro, da

Direção-Geral de Educação (2020), sublinha-se a metodologia de implementação do Ensino a Distância. Em síntese, verifica-se que estes roteiros se complementam. Portanto, para este estudo, tentamos adaptar partes destes modelos para a especificidade do contexto de Angola.

As Modalidades de Ensino a Distância e Ensino Semipresencial, em Angola, constam da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino como uma das modalidades diferenciadas de educação, tendo ambas como referência o ensino presencial (Lei n.º 17/16 de 07 de outubro). No entanto, por falta de regras e procedimentos específicos para o funcionamento, não eram autorizadas/reconhecidas estas Modalidades de Ensino. Por mera coincidência, ou não, face à pandemia da COVID-19, foi aprovado, pelo Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de março, o Regulamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial no Subsistema de Ensino Superior. Abordaremos este regulamento mais à frente, na secção Discussão.

Assim, com base numa abordagem qualitativa, o presente trabalho objetiva analisar a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola. Busca, ainda, compreender o que já se tem feito ao nível das Instituições de Ensino Superior, focalizando as condições em termos de infraestruturas, as competências em TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) dos professores assim como o apoio técnico e tecnológico disponibilizado.

Metodologia

A metodologia desta investigação inscreve-se numa perspectiva qualitativa e empírico - descritiva, tendo como foco **“acontecimentos e contextos atuais” (Coutinho, 2014, p. 109), onde se procura analisar a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola. De acordo com Moresi (2003, p. 35), “a pesquisa de carácter qualitativo permite identificar questões-chave e formular perguntas”. Assim, considerando neste estudo a importância do Ensino a Distância nos dias de hoje, em particular face à Covid-19, e, conseqüentemente, ambicionando-se ter uma educação mais abrangente e colaborativa, definiu-se a seguinte questão orientadora do estudo: Como implementar, a prazo curto e de forma adequada, as Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola?**

Técnicas de recolha e análise de dados

Considerando o objetivo e questão do estudo, foram adotadas, para a recolha de dados, as seguintes técnicas: análise documental – fez-se uma análise crítica ao regulamento de funcionamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial –; observação não participante – observou-se as atividades/ ocorrência das Instituições por meio dos seus canais oficiais *online*; e inquérito por questionário a professores universitários (Coutinho, 2014; Bogdan & Biklen, 1994; Gil, 2008). Interpretou-se e integrou-se a informação recolhida nas diferentes fontes numa perspectiva de triangulação de dados.

O instrumento questionário

Os participantes neste estudo foram inquiridos por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, composto por 12 questões. Este instrumento avalia cinco dimensões: i) Nível de confiança no que diz respeito ao uso de computadores e de outras tecnologias digitais na educação; ii) Nível de clareza na interpretação da Lei n.º 59/20 de 3 de maio – Que regulamenta o funcionamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial no Subsistema de Ensino Superior; iii) Avaliação das condições técnicas e tecnológicas; iv) Acesso à *internet* e ao computador; e, v) O que está sendo feito, neste momento, nas Instituição, face à COVID-19.

A escala usada foi de tipo *Linkert*, oscilando entre satisfaz muito e não satisfaz. Por outro lado, em quase todas as perguntas havia **uma opção, designada “outro”, onde os participantes poderiam responder de forma aberta. A última pergunta do questionário foi**

PRÁTICA eLEARNING

REVISTA MULTIMÉDIA DE INVESTIGAÇÃO EM INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE

totalmente aberta, no intuito de recolher a opinião dos sujeitos relativamente às recomendações/ideias para uma melhor implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola.

Os dados do questionário foram recolhidos de forma *online* – através de um formulário *Google* –, tomando cerca de 10 minutos o seu preenchimento. Os inquiridos participaram livremente, tendo-lhes sido garantida a confidencialidade dos resultados. O questionário foi anónimo, não sendo possível identificar a pessoa por algum modo. A aplicação do questionário decorreu entre os dias 04 e 18 de maio de 2020.

Constituição e caracterização dos participantes

Para a divulgação dos questionários foram utilizados variados meios, nomeadamente redes sociais, e-mail, por telefone e de forma presencial. Todavia, os questionários foram enviados para os contactos de possíveis respondentes nas dezoito províncias. Foram obtidas 91 respostas ao questionário, oriundas de catorze províncias de Angola, nomeadamente Luanda, Huambo, Cuando Cubango, Uíge, Namibe, Huila, Cunene, Benguela, Bié, Bengo, Cuanza Norte, Cabinda, Zaire e Lunda Norte. Face aos objetivos do estudo, não se considerou o sexo e a idade dos participantes.

Apresentação e discussão dos Resultados

O estudo foi realizado em 14 (catorze) províncias de Angola (figura 2), tendo uma participação de 91 sujeitos – respondentes ao inquérito por questionário – de distintas Instituições de Ensino Superior. As províncias da Huila com 28 respondentes (29%), Huambo com 18 respondentes (19%) e Cuando Cubango com 13 (14%) foram as que registaram o maior número de participantes. Isto deveu-se ao facto de três (3) dos autores trabalharem nestas províncias, o que facilitou o contato com os potenciais respondentes.



Figura 2 – Distribuição dos participantes por província

Relativamente à questão da clareza na interpretação do Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de março, que divulga o Regulamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial no Subistema de Ensino Superior, constata-se que os respondentes se dividiram entre a existência de alguma clareza na interpretação da referida lei (30,8%) e o desconhecimento da lei (30,80%). O gráfico 1 (abaixo) também nos informa que 17,6% dos respondentes encontraram pouca clareza na lei e 10,9% dos professores não encontrou qualquer clareza na lei. Uma minoria constituída por 5,5% dos professores afirmou que a lei é muito clara e outros 4,4%

não tinham opinião sobre a referida lei. Por se tratar de um instrumento novo, aprovado em março de 2020, talvez se justifique o desconhecimento da lei por parte de muitos respondentes.

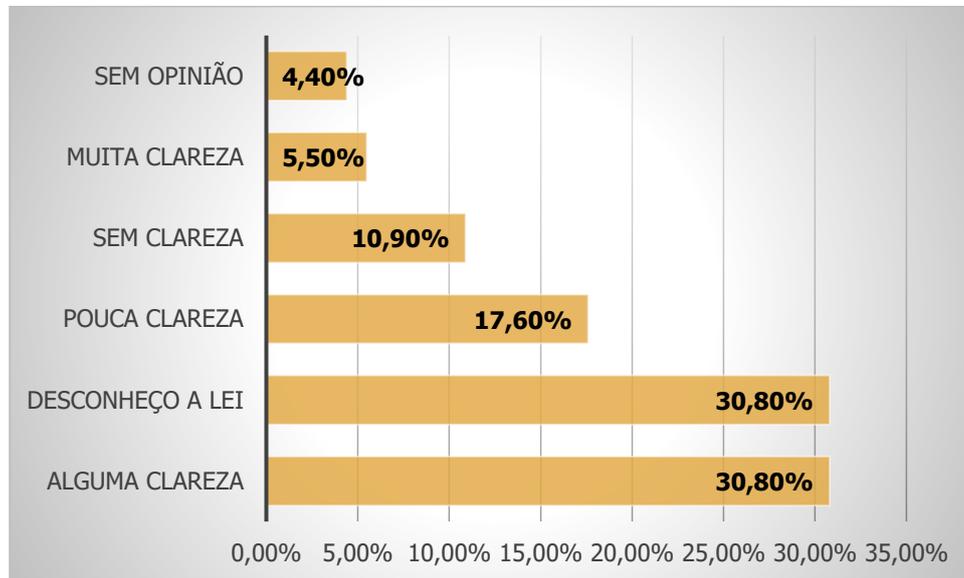


Gráfico 1 - Nível de clareza por parte dos professores na interpretação do Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de março

Sobre a interpretação do referido instrumento, verificou-se também haver ambiguidades na interpretação da lei. A título de exemplo, da análise feita à lei em questão, pelos autores, constatou-se que as avaliações nas duas Modalidades de Ensino – EaD e Semipresencial – terão de ser feitas, obrigatoriamente, de forma presencial, limitação com a qual não concordamos. Na opinião de Petri (1996), o EaD deve ser compreendido como uma modalidade de se fazer educação em prol da democratização do conhecimento, onde o conhecimento deve estar disponível a quem se dispuser a conhecê-lo, independente do lugar, do tempo e de engessadas estruturas formais de ensino. Sem dúvida é uma alternativa pedagógica de que hoje dispõe o educador e as instituições escolares. Todavia, há situações em que a presença na avaliação é exigida, como se refere:

Há situações em que a presencialidade na avaliação é condição de aperfeiçoamento da aprendizagem - aquelas que envolvem algumas habilidades motoras complexas, por exemplo. Nestas situações, a não previsão de avaliação ou de avaliação presenciais poderia ser tida como irresponsável; pois, se é imprescindível para a aprendizagem, torna-se um direito do aluno a ser respeitado (Gonçalves, 1996, 07).

Por outro lado, “Uma situação de avaliação que, por exemplo, permita consultas a documentos de qualquer natureza, não tem porque ser presencial” (Santos, 2006, p. 6). Ou seja, como sabemos, a avaliação pode assumir muitas formas (desde logo, formativa) e, em função dos contextos e situações, devem ser escolhidas as formas mais adequadas. Em EaD o mesmo acontece.

Um dos aspectos que nos pareceu importante identificar foi o da questão do apoio técnico e tecnológico aos professores. De acordo com o gráfico 2, as respostas indicam que esse satisfaz pouco (41,8%). Realça-se ainda que 32,9% respondeu não satisfaz. Juntando os dois resultados, temos uma percentagem de insatisfação de 74,7%. Apenas uma minoria, representando 25,3%,

respondeu entre satisfaz e satisfaz muito. Sobre esta questão, Barbante e Oliveira (2018), chamam a atenção às IES para a necessidade de se “ter apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura de TIC” (p. 195).

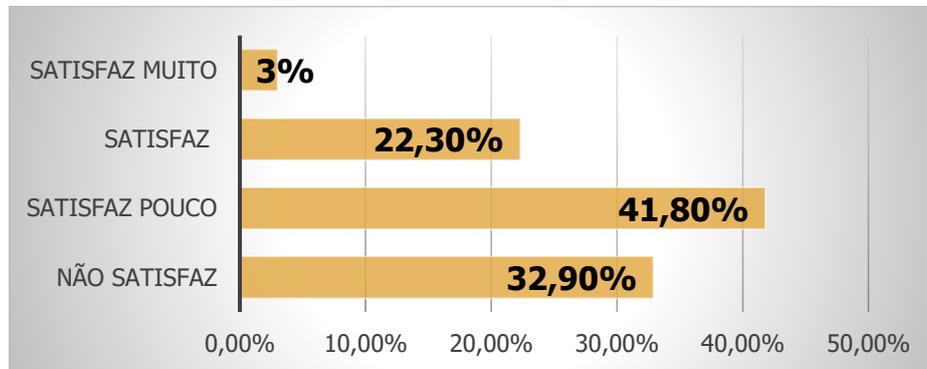
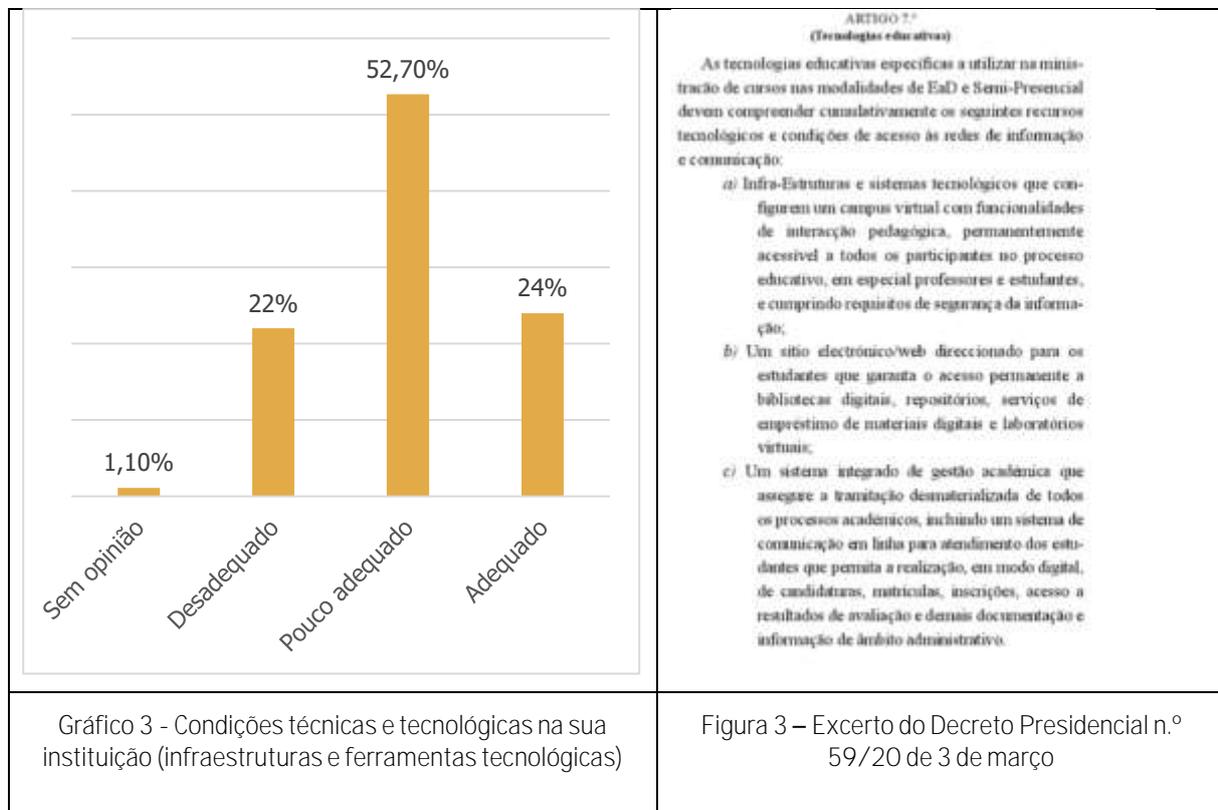


Gráfico 2 – Apoio técnico e tecnológico aos professores

A análise do gráfico 3, sobre a avaliação das condições técnicas e tecnológicas na instituição (infraestruturas e ferramentas tecnológicas), permite-nos verificar que, a generalidade dos inquiridos, 74,7%, respondeu haver condições pouco adequadas e desadequadas. Ou seja, as instituições precisam melhorar substancialmente as condições tecnológicas para que possam existir, com rigor, as Modalidades de EaD e Semipresencial, conforme recomendações constantes na lei (figura 3).



PRÁTICA eLEARNING

REVISTA MULTIMÉDIA DE INVESTIGAÇÃO EM INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE

O gráfico 4 apresenta os dados relativos à questão das restrições ao acesso às TIC na Instituição do respondente. Verificou-se que 47,2% dos inquiridos respondeu não ter restrições de acesso à *internet* e ao computador na sua instituição de ensino. Ainda assim, constatou-se um número considerável de 30,8% dos respondentes que diz não ter acesso à *internet*. Considerando que o acesso à *internet* por parte não só dos professores como também dos alunos é uma condição indispensável para a existência de EaD, esta situação não deixa de ser preocupante. Aliás, as restrições de acesso à *internet* em Angola, como referido anteriormente, verificam-se pelo país inteiro.

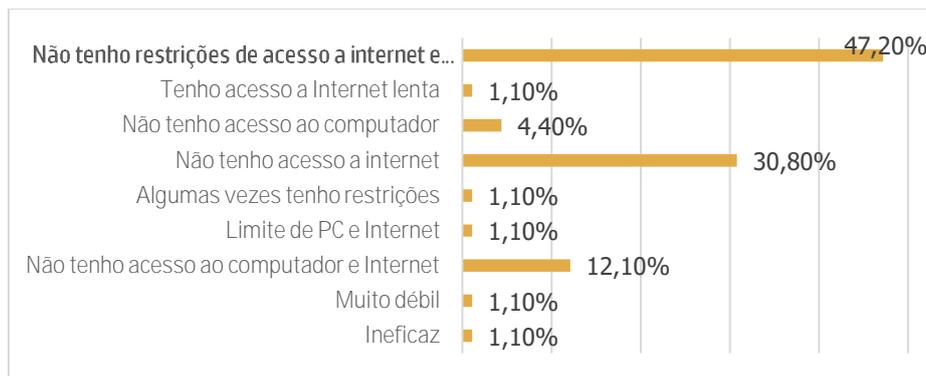


Gráfico 4 - restrições ao acesso à TIC na Instituição do respondente

Quanto à questão de acesso à *internet* na instituição, podemos assinalar que 52,7% dos respondentes afirmaram ter acesso à rede móvel (Wi-fi) na sua instituição e 28,60% utilizam uma rede fixa (cabo). Um número não despreciable de respondentes (2,2%) utiliza rede de dados do seu telemóvel pessoal. Cruzando os resultados expressos nos gráficos 5 e 6, podemos dizer que cerca de 50% dos respondentes têm acesso à *internet* sem restrições na sua instituição; cerca de 30% tem acesso à *internet* com algumas restrições – devido ao número reduzido de computadores disponíveis ligados à *internet* fixa – e constata-se que cerca de 20% não tem acesso à *internet* na sua Instituição – ou seja, têm-na fora da sua instituição (Gráfico 5).

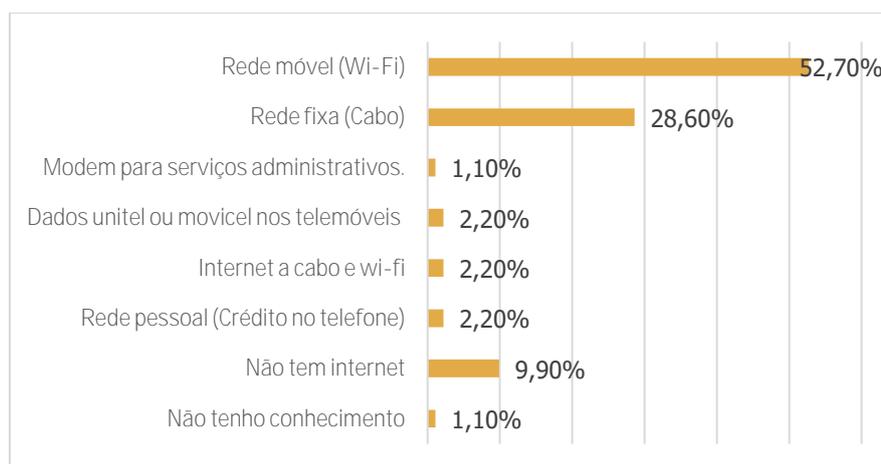


Gráfico 5 - Tipo de acesso à *internet* na instituição

Quanto à avaliação geral sobre as condições de implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial na Instituição do respondente, verificou-se que 37,4% dos professores responderam não satisfaz, e 34,10% dos respondentes afirmaram satisfaz pouco, 17,60% dos professores responderam que satisfaz, 5,40% dos respondentes afirmaram satisfaz muito e 5,50% não apresentou a sua opinião. De uma forma geral, a análise destes dados permite destacar que 70,6% dos respondentes

– os que responderam entre não satisfaz e satisfaz pouco – são de opinião que as suas instituições não reúnem condições de implementação das duas modalidades em questão (Gráfico 6).

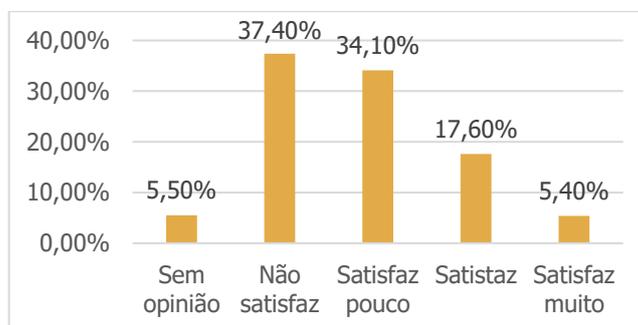


Gráfico 6 - Avaliação geral das condições de implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial na Instituição do respondente

Os dados do gráfico 7 referem os resultados obtidos na questão que diz respeito às formas de ensino, na Instituição dos respondentes, face à pandemia da COVID-19. A maioria dos professores, 56% dos respondentes, afirma que, nesta fase da COVID-19, estão a utilizar uma ferramenta digital *online*; 26,40% responderam que está tudo parado na sua instituição, ou seja, há uma paralisação total da atividade letiva; 1,10% de professores afirmaram que estão a utilizar uma ferramenta digital; 9,90% dos professores informaram que desconheciam alguma informação sobre o que estava sendo feito na sua Instituição face à COVID-19, e outros 4,4% não responderam.

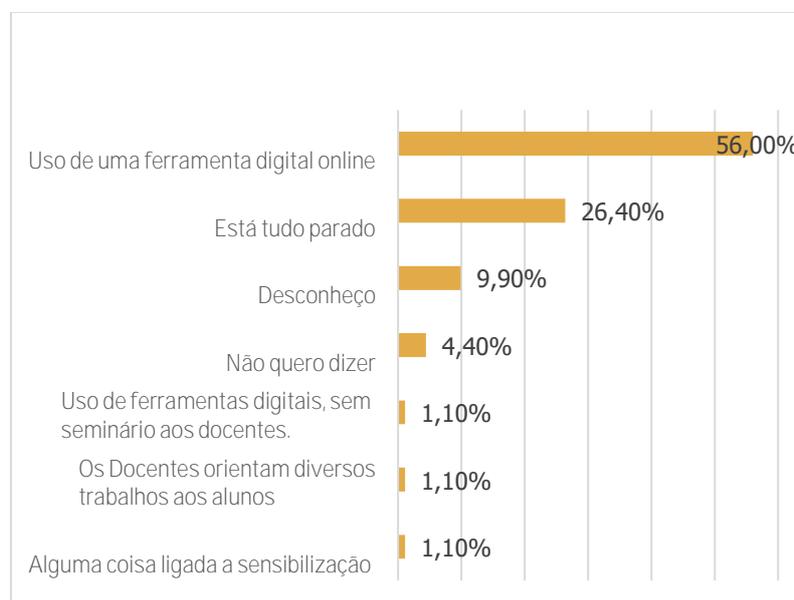


Gráfico 7 – Formas de ensino na Instituição dos respondentes, face à pandemia COVID-19

Sobre a caracterização das ferramentas digitais utilizadas pelos respondentes para apoio ao ensino face à COVID-19, assinalam-se as três ferramentas mais usadas pelos respondentes, nomeadamente, *WhatsApp* (31,4%); *Moodle* (17,6%) e *Facebook* (17,6%). Por outro lado, destacam-se as ferramentas menos usadas pelos respondentes, ou seja, apenas 4% dos respondentes informaram que usavam o *Skype* e o *Microsoft Teams* e 2% disseram usar o *Zoom* e o *Google Classroom* (Gráfico 8).

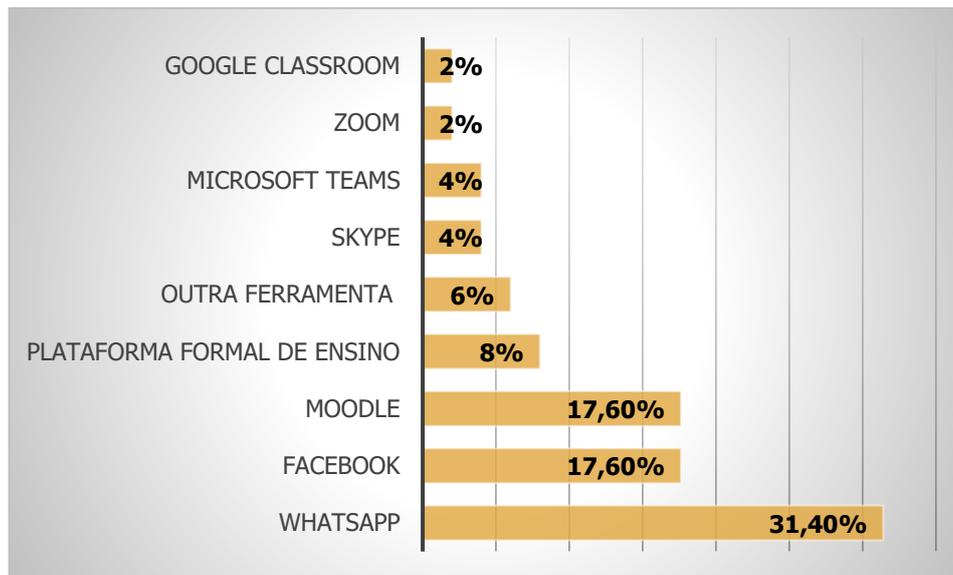


Gráfico 8 – ferramentas digitais utilizadas pelos respondentes para apoio ao ensino fase à COVID-19

Pareceu-nos importante inquirir os docentes (questão aberta) relativamente ao seu entendimento do que é necessário para que se operacionalizem as Modalidades de EaD e Semipresencial.

Das respostas dos inquiridos somos levados a concluir que será necessário fazer investimentos técnicos e tecnológicos nas Instituições de Ensino Superior. É premente melhorar, substancialmente, a rede de *internet* no país e, sublinhamos, com custos de acesso compatíveis com as possibilidades da população: sem acesso à wi-fi, em particular, não é possível pensar um EaD credível. A este respeito, vale destacar alguns trechos retirados das respostas dos inquiridos, com sugestões para uma implementação eficaz do EaD em Angola:

“Melhorar o acesso a internet (...)”.

“Expandir o acesso a internet em todas as regiões do país”

“Implantar um sistema nacional de wi-fi em Angola”.

“Apetrechar as instituições de ensino com meios informáticos e Internet”.

“Desenvolver projetos Tecnológicos de obtenção de computadores e internet para professores e alunos”.

“Investir na infraestrutura de telecomunicações a nível do país”.

“Projetos de Incentivo ao uso das TIC”.

“Criar infraestrutura tecnológicas que permitem o acesso gratuito às plataformas de ensino online no país.”

Melhorar e criar infraestrutura tecnológicas sustentáveis a nível das instituições”.

Por outro lado, é importante fazer opções relativas quer a equipamentos quer a *softwares*: *tablets* com utilização do sistema *Android* e computadores portáteis com utilização do *software Linux*, financiando os dois tipos. Sugere-se, claramente, a opção pelo

Open Source (software de código aberto e acesso livre), que constitui um movimento muito forte em todo o mundo. Diz um dos nossos respondentes que é preciso: “Disponibilizar aquisição de plataformas de ensino a custo baixo para professores e alunos”.

Sem formação dos docentes, dos administrativos, do pessoal técnico e sem cooperação académica a este nível, dificilmente qualquer projeto de implementação de processos de EaD em modo de *e-learning* (*online*) terá sucesso. A experiência em EaD *online* é já muito vasta no mundo e criar colaborações com instituições que conheçam bem e pratiquem esta Modalidade de Ensino trará, seguramente, valor acrescentado. Como exemplo, temos as falas abaixo:

“Desenvolver um estudo de viabilidade para a implementação do e-learning em Angola”

“Desenvolver projetos Tecnológicos Pedagógicos de inclusão digital”

“Formar o pessoal docente e administrativo nesta temática de e-learning”

“Criar cooperação de formação em e-learning com as universidades mais experientes no exterior”

Em síntese, é necessário investir nas infraestruturas técnicas — telecomunicações, rede elétrica — e em equipamentos, que sabemos estarem em permanente desatualização o que coloca o problema da sustentabilidade: a quem se compram os equipamentos ou como se produzem os equipamentos?

O que estes resultados nos acrescentam relativamente aos elencados nos trechos acima é que será necessário construir e efetivar políticas de incentivos.

Nós sabemos que é esse o problema. E que esse problema depende de políticas a nível macro e meso, quer dizer, de quem governa. Aos académicos cumpre mostrar, alertar e sugerir o que deve ser feito com base nos ditames científicos, académicos e pedagógicos. Realça-se, ainda, que as opiniões destes professores não existem resistências ao *e-learning* por parte dos professores. Mas ficamos sem grandes certezas, precisando de um estudo mais aprofundado sobre esse assunto. A este respeito, os autores Pellanda e Oliveira (2020) alertam-nos para o seguinte:

(...) para que os professores se percebam autores de suas aprendizagens-subjetividades com tecnologias digitais é de suma importância um percurso que oportunize atualizações, que possa potencializar suas ações metodológicas no contexto da profissão docente. Para isso, a proposta de cursos de atualização (formação continuada) é algo importante apesar de a maioria deles serem propostos com material pronto antecipadamente, desconsiderando, assim, o percurso dos professores que, às vezes, até demonstram uma certa aversão a essas tecnologias que, segundo eles, são novas e desnecessárias para suas aulas (p.348)

Assim, tendo em conta os resultados desta investigação e para que existam condições de prática das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola, sugere-se um roteiro de implementação destas duas Modalidades de Ensino que, de certo modo, deverá ser levado a cabo de forma gradual, ou seja, por dez (10) etapas. De seguinte, apresenta-se o referido roteiro devidamente fundamentado.

Roteiro de implementação da Modalidade de Ensino a Distância em Angola.

Apresenta-se agora uma proposta de roteiro de implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola. Este Roteiro pretende ser um conjunto de linhas de orientação, em forma de sugestão, para as Instituições de Ensino Superior. A estrutura deste roteiro segue uma lógica sequencial de implementação, apresentando algumas ideias de orientações e

recomendações, para o contexto de Angola. Cabe a cada Instituição de Ensino Superior, em função da sua realidade, refletir sobre os princípios apresentados e adaptá-lo.

A referida proposta de roteiro de implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial (Tabela 3) foi inspirada por três roteiros referidos acima (UNESCO, 2020; Porto Editora, 2020, DGE de Portugal, 2020). A proposta ora apresentada resulta da sua adaptação em conjugação com os resultados obtidos no inquérito deste estudo e na nossa experiência académica e profissional. Apresenta-se de seguida o algoritmo – com 10 etapas – do referido roteiro:

Etapas	Medida	Orientações	Recomendações
1 ^a	Criar condições de acesso à <i>internet</i> de banda larga a toda comunidade escolar	Instalar rede Wi-fi para uma maior abrangência	Utilizar uma VPN (Virtual Private Network)
2 ^a	Instalar Infraestrutura tecnológicas	Encontrar os meios tecnológicos que auxiliam o ensino a distância	Sala de multimédia, biblioteca virtual, repositório, secretaria eletrónica, e-mail institucional, website institucional, entre outras soluções necessárias
3 ^a	Apoio técnico e tecnológico	Criar um centro de apoio técnico e tecnológico	Recrutar engenheiros/ técnicos especializados
4 ^a	Formação/ Capacitação a professores e funcionários administrativos no uso de recursos TIC	Ações de formação regulares	Seminários, palestras, workshops, intercâmbios entre outras ações.
5 ^a	Decidir o modelo de EaD	Refletir sobre as diversas abordagens de Ensino a Distância	Possibilidade de combinar abordagens adequadas, limitar a quantidade de tecnologia e plataformas
6 ^a	Partilhar com os pares, personalizar e ajustar as estratégias	Colaborar e articular	Trabalhar em rede
7 ^a	Mobilizar para a mudança	Mobilizar os professores e alunos para a ação	Comunicação eficaz, dirigido a todos os intervenientes da comunidade escolar
8 ^a	Implementar a Modalidade de EaD selecionada	Garantir a inclusão de todos	Implementação gradual
9 ^a	Acompanhar e monitorizar	Criar uma equipa responsável por este trabalho e definir indicadores de qualidade	A equipa deve ser heterogenea – professores, alunos, pessoal administrativo e direção da Instituição
10 ^a	Apoio e suporte à utilização da escola virtual	Disponibilizar apoio técnico e pedagógico aos professores, tendo em vista a utilização dos meios tecnológicos	A equipa de apoio tecnológico pode dinamizar pequenas sessões de capacitação/esclarecimento ou realizar tutoriais entre outras. Promover também a interajuda entre professores e alunos

Tabela 3 – Proposta de Roteiro de implementação das Modalidades de EaD e Semipresencial nas IES em Angola (adaptado da UNESCO, 2020; Porto Editora, 2020 e DGE de Portugal, 2020)

Gostávamos de terminar esta seção **com seguinte pergunta de reflexão: “Porquê Ensino a Distância?”** (Moore & Kearsley, 2012, p. 8, nossa tradução). Os autores apontam para a necessidade de se inovar na educação, conforme é ilustrado na figura 4.

Porquê Educação a Distância?

Introduzir a educação a distância numa instituição ou criar uma nova instituição de educação a distância pressupõe fazer mudanças significativas na forma como o ensino e outros recursos são usados, e isso deve exigir uma atenção cuidadosa por parte das pessoas responsáveis por este método. Em particular, os responsáveis por este método nos níveis institucional e governamental devem considerar não apenas como introduzirão a educação a distância, mas o PORQUÊ de introduzi-la. Entre as razões citadas para avançar com esta inovação estão:

- aumentar o acesso à aprendizagem e à formação como uma questão de equidade
- oferecer oportunidades de atualização de habilidades da força de trabalho
- melhorar a relação custo-eficácia dos recursos educacionais
- melhorar a qualidade das estruturas educacionais existentes
- aumentar a capacidade do sistema educacional
- equilibrar as desigualdades entre grupos de idade
- fornecer campanhas educacionais para públicos-alvo específicos
- oferecer treino de emergência para grupos-alvo importantes
- expandir a capacidade de educação em novas áreas disciplinares
- oferecer a combinação de educação com trabalho e família
- adicionar uma dimensão internacional à experiência educacional

Figura 4 – Porquê Educação a Distância (adaptado de Moore & Kearsley, 2012, p. 8)

Conclusões

Com base numa abordagem qualitativa, o presente trabalho objetivou analisar a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial em Angola. Buscou, ainda, compreender o que já se tem feito ao nível das Instituições de Ensino Superior, focalizando as condições em termos de infraestruturas, as competências em Tecnologias da Informação e Comunicação dos professores, assim como o apoio técnico e tecnológico disponibilizado.

Antes de mais, encontramos um constrangimento no nosso estudo: por ocasião da elaboração do questionário, não sentimos a necessidade de solicitar a justificação das respostas dadas, porém, a análise dos questionários mostrou-nos que teria sido importante fazê-lo. Também tornaria a análise dos dados mais morosa e o tempo urge para os(as) jovens angolanos(as) que querem e precisam de estudar para que as suas vidas não sejam desperdiçadas e o seu país possa progredir. No entanto, e apesar deste constrangimento, consideramos que a análise aqui apresentada das respostas fornecidas pelos inquiridos, professores de distintas Instituições de Ensino Superior em Angola, constituem-se em evidências fundamentais para pensar a implementação das Modalidades de Ensino a Distância e Semipresencial nas IES de Angola. Partindo do apresentado neste estudo, adiantamos, assim e de seguida, algumas das iniciativas que entendemos necessário levar a cabo.

- Que todas as Instituições de Ensino Superior em Angola criem condições de acesso à *internet* de banda larga, preferencialmente por intermédio de uma rede WI-Fi, sem quaisquer restrições quer para os alunos quer para os professores.

- É necessário um apoio técnico e tecnológico eficaz.
- Que se faça um investimento em termos de infraestruturas tecnológicas nas Instituições de Ensino Superior de Angola.
- O pouco uso de certas ferramentas muito utilizadas na educação como, por exemplo *Google Classroom*, *Microsoft Team*, *Zoom* entre outras, deve-se à falta de conhecimento/formação que permitam a sua utilização. Ou seja, é clara a necessidade de promover formação no domínio das TIC.
- Sugerimos, também, a necessidade de auscultar a comunidade estudantil, académica e investigadores na área da Tecnologia Educativa, no sentido de perceber se as percepções destes são ou não coincidentes com as políticas observáveis a nível meso e macro. Esta auscultação realizada, permitirá uma compreensão mais global da problemática em causa.
- Sabemos que não há ensino sem estudantes e quando se trata de Modalidades de EaD e Semipresencial para que estes sejam exequíveis, recomendamos que as instituições de ensino e governamentais trabalhassem em conjunto para uma resolução para que os estudantes pudessem ter acesso a computadores e TIC quer dentro das instituições quer fora delas, ou seja, dar suporte às famílias e seus filhos que estão no ensino.

Como reflexão final, gostaríamos de referir que importa aprofundar e refletir sobre os requisitos exigidos para o funcionamento destas duas Modalidades de Ensino – Ensino a Distância e Semipresencial –, em particular, sobre o detalhe de as avaliações terem de ser unicamente presenciais, como previsto no quadro jurídico (Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de março). Por outro lado, o roteiro apresentado neste texto, não se consubstancia numa solução acabada e única, mas trata-se de um contributo, fruto de um estudo de abrangência nacional.

Nota

Este trabalho é financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Referências

- [1] Andrade, P. (2000). *Ensino à Distância*. [Em linha]. Retirado de <http://student.dei.uc.pt/~pandrade/sf/texto.htm>.
- [2] Barbante, C. J. S & Oliveira, L. R. M. (2018). *A Tecnologia Educativa no Ensino Superior Público na Província do Huambo: caracterização e perspetivas de futuro* (Tese de Doutoramento, Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal). Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/55804>.
- [3] Barbante, C. J. S. (2019). Literacia Digital em Angola. Desafios da Inteligência Artificial Challenges 2019: *Atas do XI Conferência Internacional de TIC na Educação – Challenges 2019*, Braga, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 13-15.
- [4] Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- [5] Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Lisboa: Leya.
- [6] Direção-Geral de Educação de Portugal (2020). *8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas*. [Em linha]. Retirado de: <https://www.dge.mec.pt/noticias/roteiro-8-principios-orientadores-para-implementacao-do-ensino-distancia-ed-nas-escolas>
- [7] Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (6ª ed.)*. São Paulo: Editora Atlas
- [8] Gomes, M. J. (2008). Reflexões sobre a adoção institucional do e-learning: Novos desafios, novas oportunidades. *In Revista e-Curriculum*, 3 (2), Junho de 2007, ISSN 1809 – 3876. [Retirado de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8073>]
- [9] Gonçalves, C. T. F. (1996). Quem tem medo do ensino a distância?. *In Revista Educação a Distância*, 7-8, INED/IBASE.
- [10] Internet World Stats (2020). *Dados de penetração da Internet em África*. Retirado de: <https://www.internetworldstats.com/africa.htm#ao>.

- [11] Moore, M. G., & Kearsley, G. (2012). *Distance education: A systems view of online learning*. 3th ed. Cengage Learning.
- [12] Moresi, E. A. D. (Org.). (2003). *Manual de Metodologia da Pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília.
- [13] Pellanda, N. M. C., & Oliveira, L. R. M. (2020). # EntreNÓsNaRede: rede digital de aprendizagem de professores com tecnologias educativas. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 13(32), 1-16.
- [14] Porto Editora. (2020). *Roteiro para a implementação da plataforma Escola Virtual*. Retirado de: <http://www.escolavirtual.pt>.
- [15] Preti, O. (org.) (1996). *Educação a distância: uma prática mediadora e mediatizada*. In *Educação a distância: inícios e indícios de um percurso*. Cuiaba: UFMT.
- [16] Santos, A. (2000). *Ensino à Distância & Tecnologias de Informação – e-learning*. Belo Horizonte: Editora Lidel.
- [17] Santos, B. O., dos Santos Lima, E., & De Almeida Filho, J. C. (2015). *EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Uma perspectiva histórica da sua evolução*. *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, 8(1). [Em linha]. Retirado de: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1669/0>.
- [18] Santos, J. F. S. (2006). Avaliação no ensino a distância. *Revista Iberoamericana de Educación*, 38(4), 1-9. Retirado de: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/1372Severo.pdf>.
- [19] Silva, T. T., Valente, J., & Dias, P. (2014). Diferentes abordagens da Educação a Distância mediada por computador e via Internet. *SCITIS, UNIP Interativa, Ensino a Distância*, 1, 12-21. Retirado de: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4995>.
- [20] Trindade A. R.; Carmo, H. & Bldarra, J. (2000). *Current Developments and Best Practice in Open and Distance Learning*. *International Review of Research in Open and Distance Learning*, 1,1. Retirado de: <http://www.icaap.org/iuicode?149.1.1.5>.
- [21] UNESCO (1994). *The Use of Electronic Information Technologies in Open and Distance Education - Prospects and Policy Consideration. Consultation on Distance education and Information Technologies - Discussion Documente*, UNESCO / CII, 13 SEPTEMBER 1994.
- [22] UNESCO (2020). *10 Recomendações sobre o ensino a distância da Unesco*. [Em linha]. Retirado de: https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706691?fbclid=IwAR2dhXPEMNO-KW_BERqkgK5ytpWmoOcqTixFopKU9fhfwE3XNYfyvAeaiis.

Legislação consultada

ANGOLA. (2016). Lei n.º 17, de 7 de outubro de 2016. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário Oficial da República de Angola, Luanda. I.a série, n.º 170, 7 out. 2016. P. 3994-4013.

ANGOLA. (2020). Decreto Presidencial n.º 59/20 de 3 de março. Regulamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semi-Presencial no Subsistema de Ensino Superior. Diário Oficial da República de Angola, Luanda. I.a série, n.º 23, 3 mar. 2020. P. 1957-1995.